MIGRAÇÕES SOCIAIS, TRANSMIGRAÇÕES POLÍTICAS E RECEPTIVIDADE IMIGRACIONAL

José Jobson de Andrade Arruda

Os deslocamentos populacionais massivos tem sido, ao longo da história da humanidade, uma de suas principais *driving forces*. Por isso mesmo, o fenômeno migratório preenche integralmente os requisitos de um fato social total, na conceituação dos sociólogos, que o historiador François Hartog, invocando Pierre Nora, denomina evento monstro[1], acontecimento de grande significado, cuja compreensão exige um referencial muito mais complexo do que aqueles providos por uma confraria de especialistas. Naturalmente, os motivos que embasam esses movimentos populacionais são historicamente referenciados e as possibilidades dessas transmigrações são tributárias do desenvolvimento das tecnologias de comunicações e de transportes, que oferecem os meios para a realização das viagens, viabilizando o conhecimento de outras terras, alimentando o sonho de se construir um novo destino. Em termos gerais, é possível admitir que os fluxos migratórios tendem a descontrair as tensões sociais nos países de origem, na medida em que se exportam contingentes ponderáveis de indivíduos incapazes de garantir seus meios de sobrevivência, e tendem, por outro lado, a acentuar as tensões nas sociedades receptoras ao entrarem em competição direta com as populações autóctones por espaço no mercado de trabalho.

Desde as grandes travessias oceânicas, pelo menos, a reaglutinação *offshore* de amplos contingentes populacionais provocou impactos de forte intensidade nas diversas sociedades envolvidas, mormente nas receptoras que são impelidas a conviver com culturas diversas e equacionar os problemas advindos da proximidade imposta pela presença estrangeira. Se a condição de estrangeiro é especialmente dolorosa, para os nacionais, a aceitação do estranho impõe desafios ponderáveis. As volumosas movimentações de pessoas entre continentes passam a ser a regra com o advento da Época Moderna, como condição mesma do empreendimento colonizador. A partir do século 19, dirigiram-se, normalmente, para países politicamente autônomos e economicamente dinâmicos; do lado dos migrantes, o impulso de mudança tinha como companhia o desejo de se construir uma vida mais digna em outras plagas e a crença na sua exequibilidade, a tal ponto que não hesitaram em romper com as suas raízes.

A profundidade desses processos sociais, tanto objetivos quanto subjetivos, construiu todo um novo campo de estudos voltados para o entendimento desse

fenômeno de massas, levando à criação de noções que pudessem conter as particularidades de que se revestia. As categorias de assimilação e de integração social são noções especificamente orientadas para a compreensão do encontro entre populações e culturas diferentes postas em relação, para o qual o fenômeno migratório é exemplar. A despeito do caráter correlato entre as duas categorias analíticas, elas acentuam faces diversas do fenômeno. A noção de *integração* social volta-se para o entendimento das formas de participação dos imigrados, particularmente nas esferas econômicas e políticas da sociedade de acolhimento, pressupondo a aceitação da diversidade cultural dos recém-chegados, e a consequente extensão aos egressos dos direitos de cidadania, designando a forma pela qual elementos sociais dissemelhantes constituem unidades estanques no âmbito de um conjunto social mais amplo.[2] A de *assimilação*, por seu turno, privilegia as modalidades de inserção cultural, processo pelo qual um grupo social ou étnico limitado e posicionado em situação de inferioridade, numérica ou econômica – ou ambas – assume o sistema de valores e modelos comportamentais da sociedade em que busca se inserir[3], geralmente precedido por um estágio preliminar de acomodação, facilitadora da assimilação "na medida em que o imigrante aceita os símbolos exteriores da nova cultura[4], pois, caso contrário, poderá haver recusa da assimilação em favor da preservação de valores identitários originais. A primeira visa à funcionalidade das partes heterogêneas em contato; a segunda pressupõe considerar a participação ativa do estrangeiro, de sua contribuição na modelagem das novas formas de convívio e da cultura.

Para além do problema a ser considerado, a maneira pela qual os intelectuais dos países que abrigaram correntes migratórias trataram do fenômeno, expõe a particularidade da recepção dos recém-chegados em cada sociedade de acolhimento. No Brasil, desde a obra clássica, *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre, publicada em 1933, a importância das culturas africanas na formação do Brasil ficou assentada e, a partir de então, não se pode mais desconsiderar a presença indelével dos escravos na construção da nossa cultura. Por isso, o autor utiliza-se do conceito de assimilação para revelar a participação ativa dos africanos no tecido cultural. Já nos Estados Unidos, o mesmo problema foi enfocado a partir da categoria de integração social, a exemplo das pesquisas desenvolvidas pela chamada *Escola de Chicago*[5], voltadas para o tratamento dos modos de ajustamento do estrangeiro no novo meio. Não por casualidade, Freyre havia se formado no ambiente acadêmico norte-americano, e tinha sido aluno do culturalista Franz Boas. Quando nos inícios dos anos 1960, o sociólogo Florestan Fernandes criticou as teses freyrianas, em *A integração do negro na sociedade de classes,* utilizou-se da categoria de integração social, em evidente inspiração nos estudos

---

1 HARTOG, 2003: 217.
2 Cf. verbete INTEGRAÇÃO, THINES *et al*, 1974: 92.
3 Cf. verbete ASSIMILAÇÃO, THINES *et al*, 1974.
4 PIERSON, s.d.: 206.
5 Sobre a escola de Chicago e outros estudos de integração, cf. EUFRÁSIO, 1999.

norte-americanos, para revelar a marginalização a que os egressos da escravidão foram relegados após a abolição, cujos efeitos se aprofundaram no curso da modernização brasileira, sendo capaz, inclusive, de comprometê-la.

De forma geral, os estudos sobre os movimentos populacionais tenderam a tratar ou de processos gerais, ou de fenômenos particulares deles advindos. Não tem sido comum sua análise a partir de situações históricas particulares, como a ocorrida por ocasião da viagem da Família Real portuguesa para o Brasil. *Pari passu* ao caráter inusitado do acontecimento, a monarquia portuguesa foi obrigada a enfrentar grandes desafios, como o de reconstituir as instituições do Estado e organizar o exercício do poder em um contexto que, não obstante originário dos mesmos princípios doutrinários e culturais, discrepava da própria matriz por sua ambientação colonial.

Uma terceira via de considerações remete às condições prodigalizadas pela recepção política, isto é, das condições geradas por conjunturas históricas específicas capazes de criar um clima extremamente propício aos desejosos de imigrar. Se os ambientes históricos convulsionados por situações extremas, a exemplo dos regimes adversos ou autoritários, produzem forte estimulo ao elã imigracionista, a existência de regimes acolhedores, apaziguados, funcionam como elementos de atração, mormente se tais regimes instalados no ultramar pertencem à própria tradição política e histórica com os quais os imigrantes estão familiarizados e guardam, portanto, uma acolhedora relação de confiança.

É exatamente este tipo de reflexão que a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil propicia aos estudiosos da imigração, evento histórico de alta significação simbólica, cujo bicentenário repõe problemáticas naturalizadas pela tradição historiográfica. Em que medida a existência de um governo de legítima extração portuguesa deve ser considerado relevante no fluxo migratório luso para o Brasil, imediatamente após a instalação da Corte no Rio de Janeiro e sua consequente transformação em sede efetiva do transcontinental império português? E, complementarmente, qual o significado dessa presença na intensificação desse movimento no transcorrer do século 19, pelo menos até a queda do Império em 1889, e os possíveis reflexos do encerramento da era bragantina no país com a instalação do regime republicano sobre o caudal migratório para o Brasil? Em suma, trata-se de aquilatar o papel desempenhado pelos fatores estritamente políticos nos contextos migratórios, uma face do processo secundarizada pela longa hegemonia semissecular das motivações econômico-sociais.

A prova ruidosa, mais consistente, seria estabelecer uma relação direta entre a vinda da Família Real e o crescimento da chegada de portugueses num ritmo persistente ao longo do século 19, fácil de ser comprovada pelos indicadores que demonstram ser o Brasil o destino de eleição dos portugueses imigrados, entre 1808 e 1889[6], argumento que pode ser retificado em parte pela necessária inclu-

[6] O número de imigrantes portugueses entre 1885 e 1889 somou 267 470, não havendo estatísticas estabelecidas para o período 1808-1855.

são de uma miríade de fatores outros que, obrigatoriamente, devem ser agregados à explicação geral, a exemplo da atração exercida pela dinamização das atividades econômicas conectadas à expansão cafeeira. Prova indireta, aparentemente menos consistente, mas específica para a natureza política da explicação, é o cotejo entre as experiências históricas das monarquias ibéricas, no espaço americano, por envolver um exercício de história comparativa balizada numa delimitação espacial e temporal apropriada, um recurso cada vez mais utilizado pelos especialistas, dada a multiplicidade dos recortes historiográficos.

É por via destes enquadramentos da conjuntura política e econômica mundial que se pode entrever a cadeia de eventos que conformam um dos acontecimentos da mais alta significação histórica, ocorrido neste período em que praticamente não há fatos de baixa significação. A transmigração da Corte portuguesa para um dos extremos de seu Império é um fato marcante na história da civilização ocidental: único em sua densidade específica.

Neste senso, impõe-se a retomada das razões objetivas a partir das quais busca-se explicar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, mudança forçada, tanto quanto foi compulsória a transposição de cinco milhões de africanos para a terra *brasilis*. Independentemente do número de indivíduos que compuseram o séquito cortesão, se foram dez ou 15 mil, trata-se de evento sem paralelo na história da humanidade: a totalidade do aparato burocrático e administrativo de um Estado transladar-se através do oceano para outro continente, levando consigo todo o arsenal necessário ao exercício do poder, que nem de longe se pode comparar a todos os deslocamentos provocados pela avalanche napoleônica. Basta relembrar o que Oliveira Lima, de maneira precursora, chamou de cortes em fuga:

> "extraordinário espetáculo: o rei da Hespanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado na sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes; o rei do Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliari, que o gênio de publicista do seu embaixador na Rússia, Joseph de Maistre, bastava entretanto para tornar famosa; o Doge e os X enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o imperador do Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigado de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis"[7].

Todas estas evasões tem em comum o fato de serem historicamente depressivas. Nenhuma foi capaz de arregimentar uma nação; fundar um Estado; preservar o regime monárquico; lastrear um Império em terras tropicais, fustigadas pelos ventos do republicanismo que exercia enorme fascínio sobre as elites

[7] LIMA, 1996: 149.

intelectualizadas nos espaços recentemente descolonizados. Também aos espanhois ocorreu a mesma alternativa à submissão inglória a Napoleão, ao aventarem a hipótese de se transladar ao México, mas cujo projeto ficou apenas nas intenções, nos sonhos, sem condições de se viabilizar[8].

É de vital importância, portanto, que sejamos capazes de inquirir motivações mais profundas da epopéia portuguesa, até aqui atrelada de modo quase absoluto ao torvelinho político gerado pelo furacão napoleônico, uma naturalização das explicações históricas assumidas sem crítica pela quase totalidade dos numerosos textos produzidos por ocasião das celebrações do bicentenário, com raras exceções, sob o império da modalidade do fazer histórico dominante, o privilegiamento do *como*, da descrição, da narração, em desfavor do *porquê*, da busca dos nexos causais, das razões mais profundas que alicerçam a modalidade histórica compreensiva[9].

Quando afirmamos que houve naturalização das interpretações, é porque em nenhum momento a explicação francesa foi questionada, o papel desempenhado pelo corso posto em xeque, numa evidente mitificação do fenômeno Napoleão. Isto talvez se explique pelas novas faturas da história colocadas diante da argúcia do historiador. A disposição para investigar aquilo que parece efetivamente promissor em matéria de construção histórica, ou seja, a história artefato produzida pela artesania da nova história cultural: usos, costumes, gestos, práticas, cotidianos, vestuário, mobiliário, habitação, alimentação, arte, música, teatro, imprensa, recepção cultural, imaginários. Mas uma razão não menos importante deve ser debitada na conta do interesse midiático, a sujeição temática ao cardápio de suas preferências, sobretudo imagens facilmente apropriáveis e plenamente receptivas à massa de consumidores, em sua forma falada, escrita ou televisiva. Nem mesmo a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil mereceu cobertura tão intensa e diversificada. A tal ponto que historiadores do porte de Evaldo Cabral de Mello atacaram a importância do evento, considerando-o uma "armação de carioca"[10], mas que efetivamente acabou por produzir, em nossa opinião, um excelente trabalho de mobilização da pesquisa histórica, destinada a mover o interesse de milhões de brasileiros para este evento histórico singular.

Um verdadeiro frenesi de lançamentos apossou-se das editoras, o que revela a alta receptividade por parte do mercado e a consequente elevação dos temas históricos, sobretudo aqueles enredados nas comemorações, à categoria de temas preferidos pela indústria cultural. Somente assim se pode explicar por que o livro de um jornalista, que jamais havia escrito um livro de história, que não é historiador de profissão, tenha conseguido o prodígio de vender mais de

---

8 Projeto inconcluso elaborado por Carlos IV e seu herdeiro, futuro Fernando VII, que pretendiam transferir-se ao México.

9 ARRUDA, 1998.

10 "Essa história de comemoração da vinda da corte ao Brasil é armação de carioca para promover o Rio de Janeiro" ("O primeiro ano do resto de nossas vidas". *FOLHA de S. Paulo*, 25 nov. 2007, p. 4).

200 mil exemplares da obra *1808*, com o subtítulo altamente apelativo – *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil* –, evidente arremedo de verdade histórica[11].

Autores e livros de oportunidades que, como toda regra, têm sua exceção, e que pode ser exemplificada pelo também jornalista, nascido na Austrália, ambientado no Brasil, que elegeu a epopéia portuguesa para escrever seu primeiro livro, mas que o fez com propriedade, alicerçando suas reflexões com referências documentais consistentes, fruto de pesquisa nas bibliotecas e nos arquivos nacionais e estrangeiros. Deve-se a seu tino a localização do documento mais instigante entre tantos outros que foram revelados nessa cruzada em favor da História brasileira em seu nascedouro. Referimo-nos ao documento localizado na *British Library Manuscripts Room*, que trata do projeto inglês de ocupar militarmente o Rio de Janeiro, elaborado entre 1805 e 1806, portanto, antes do agravamento das tensões que levaram D. João a se decidir por deixar Portugal[12].

Se o descobrimento do Brasil foi intensamente comemorado pelos portugueses, traduzido em farta publicação de títulos absolutamente relevantes que ressignificaram a compreensão da expansão portuguesa nos séculos 15 e 16, resultado do programa estratégico para as comemorações elaborado pela Comissão especialmente criada para este fim[13], as publicações sobre a vinda da Família Real foram, compreensivelmente, parcas, pois se trata da história de uma perda irreparável, de uma efetiva mutilação do Império. Isto explica porque, no que diz respeito à conexão Brasil, os lançamentos de maior relevo foram as biografias de D. João VI e D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil)[14]. O foco privilegiado de atenção continua sendo as guerras peninsulares, estas, sim, objeto de uma pletora de lançamentos editoriais em Portugal[15], imersa num minucioso detalhamento da grande guerra, finalmente vencida por Portugal contra os exércitos napoleônicos considerados imbatíveis, mesmo que para tanto a contribuição dos ingleses tenha sido essencial, fruto também do encapsulamento intelectual e cultural que, durante séculos, a cultura francesa exerceu sobre Portugal.

Em nossa perspectiva, a transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro, na forma do deslocamento da Corte e todo seu aparato institucional, foi um projeto longamente acalentado pela inteligência britânica, encastelada no Foreign Office, com a finalidade de estabelecer uma ligação direta

---

11 GOMES, 2007.

12 WILCKEN, 2005.

13 Sobre a comparação entre o projeto português *vis-à-vis* o projeto brasileiro sobre a comemoração do descobrimento do Brasil, ver ARRUDA, 1999.

14 PEDREIRA *et al*, 2008; SANTOS, 2006; MARROCOS, 2008; MARTINS, 2007.

15 VICENTE, 2006; VENTURA *et al*, 2007; SOUSA, 2007; *GUERRA Peninsular*, 2005; CENTENO, 2008: vol. I.

com a rica colônia portuguesa, eliminando o papel de intermediário exercido pelos portos portugueses. A consciência dessa necessidade foi lentamente se formando a partir de um momento simbólico, o ano de 1776, que marca, ao mesmo tempo, a perda da riquíssima colônia norte-americana e a primeira vez em que a Balança Comercial britânica se torna deficitária em relação a Portugal, exigindo, para reequilibrá-la, a remessa de moedas de ouro, durante todo o quinquênio que medeia entre 1776 e 1780. Era o sinal de que a política de fomento manufatureiro pombalina dava seus primeiros resultados, o que levou os ingleses a solicitar dos portugueses uma compensação na forma de concessão do porto de Santa Catarina, na costa brasileira, como porto aberto aos ingleses. Os ingleses acusaram o golpe, mas o consideraram passageiro, sobretudo porque suas necessidades financeiras não tinham a gravidade de que viriam a se revestir anos mais tarde. Mas a inversão da Balança Comercial voltou a se repetir no quinquênio 1791-1795, conforme se depreende da tabela elaborada por Sandro Sideri[16]. Dessa feita, o golpe foi expressivamente registrado por Robert Walpole que, em carta dirigida a lorde Greenville, em 12 de outubro de 1791, diz que o fato deveria ser olhado como "a kind of phenomenon", ou seja, algo que, aparentemente, não tinha explicação natural. Depois de um reequilíbrio momentâneo, a Balança voltou a registrar *deficits* brutais entre 1801-1805, e consideráveis entre 1805 e 1810. Nesses momentos, as moedas portuguesas cunhadas com ouro do Brasil, e trazendo a efígie de D. João IV, passaram a retornar aos cofres portugueses, peças de ouro que as minas brasileiras produziram, e o novo produto rei na pauta de exportação, trazia de volta a Portugal: o algodão.

Quais eram as razões estruturais de tal inversão? Sem dúvida, o fenômeno constatado pelos ingleses estava no Brasil. No novo padrão de acumulação resultante das reformas pombalinas, que estimulara a diversificação da produção agrícola e pastoril da colônia, fornecedora de alimentos, matérias-primas, além dos tradicionais produtos tropicais de reexportação. As matérias-primas produzidas na colônia passaram a ter um lugar de destaque no concerto internacional em tempos de revolução industrial. O algodão, especialmente, alimentava as nascentes manufaturas têxteis portuguesas, supria a necessidade da emergente indústria francesa, bem como da indústria inglesa, cujos fornecedores norte-americanos estavam temporariamente bloqueados pelas guerras de independência.

Era a colônia brasileira que criava as condições para o *superavit* da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra. Nestes termos, assumir o controle direto desta colônia anularia os *superavits* comerciais portugueses, ampliaria sua fonte de suprimento de algodão, abriria o mercado brasileiro para as manufaturas têxteis inglesas, entorpeceria o desenvolvimento das manufaturas portuguesas, aniquilaria a indústria francesa, razões mais do que suficientes para a adoção de medidas agressivas, rompendo a secular aliança com os por-

16 SIDERI, 1970: 332.

tugueses. A primeira manifestação da nova política imperialista assumida pelos britânicos, enquadrada nos ditames do imperialismo do comércio livre, que buscava o domínio informal das economias periféricas, foi o estímulo desabrido ao contrabando, uma forma de guerra comercial bem conhecida, praticada sistematicamente nos quadros do mercantilismo quando, não tendo colônias produtoras de riquezas significativas, sobretudo metais preciosos, os ingleses formalizaram a pirataria corsária, uma maneira de se apropriar das riquezas coloniais que cruzavam os oceanos. A agressividade do comércio de contrabando cresce a partir de 1791 – ano da segunda inversão da balança comercial –, quando a presença registrada de navios estrangeiros ampliam-se na barra do Rio de Janeiro, chegando ao ápice em 1800, quando 70 navios são registrados no porto, exatamente o mesmo número de navios aí estacionados em 1808, quando foram declarados abertos os portos brasileiros. Isto significa que, de fato, a partir de 1800, os portos brasileiros estão de fato abertos pela agressiva ação inglesa, facilitada pela conivência das autoridades coloniais. Mercadorias inglesas eram trocadas por ouro em pó, em barra, e até mesmo mercadorias coloniais, a exemplo do cacau[17].

A pressão via contrabando era, contudo, uma medida paliativa. Era a forma indireta de agir sem romper abertamente com o tradicional aliado. A forma direta, a tomada militar da colônia, não estava fora da cogitação dos governantes ingleses. Entre 1805 e 1806, um plano secreto de ocupação militar do Rio de Janeiro foi urdido pelas autoridades britânicas. Na hipótese de Portugal cair sob dominação napoleônica, uma esquadra com dez mil infantes deveria dirigir-se ao Rio de Janeiro e tomar posse do lugar de surpresa. Em caso de resistência, o alvo seria Salvador, na Bahia e, alternativamente, Santa Catarina, cidades que teriam o mesmo destino reservado a Goa, Macau e Madeira. Planos que não foram postos em execução por conta da política procrastinadora de D. João, que levou os ingleses a adiarem sua execução até que, no final de 1807, quando a pressão napoleônica se avolumava sobre Portugal, os ingleses assinaram com os portugueses a Convenção Secreta de Londres, de 22 de outubro de 1807, portanto, apenas 38 dias antes do embarque da Família Real. Essa Convenção, assinada pelo plenipotenciário português, Domingos de Sousa Coutinho, e pelo Secretário de Estado inglês, George Canning, pré-escreve a história futura de Portugal e Brasil: o deslocamento da Corte; a abertura dos portos e os Tratados Comerciais de 1810. Concessões de tal ordem foram feitas que atentavam contra a soberania do Império, pois, no fundo, os ingleses se comprometiam com a preservação da dinastia dos Braganças no trono português, recebendo como moeda de troca a supremacia sobre a desejada colônia brasileira.

Com a abertura dos portos, a Inglaterra assegurava direitos preferenciais sobre o Brasil. Passava a ser seu principal parceiro comercial em substituição a Portugal, alcançando *superavits* constantes havidos enquanto colônia de Por-

17 PIJNING, 1997: 82.

tugal. Sequiosa pelo algodão brasileiro, a matéria-prima representava 60,7% de todas as exportações brasileiras para a Inglaterra, ao mesmo tempo em que passava o Brasil a importar 66,3% em manufaturas têxteis de algodão, no conjunto de todas as importações que realizava da Inglaterra. A partir de 1800, as manufaturas provenientes das fábricas portuguesas, que tinham mercado cativo no Brasil, passaram por drástica redução, demonstrando que a ação via contrabando tinha atingido sua finalidade, abrindo o mercado colonial para as manufaturas inglesas. O impacto sobre as novas indústrias francesas criadas sob estímulo napoleônico foi devastador. A França não tinha a matéria-prima fundamental: o algodão. Dependia do algodão brasileiro que entrava na França através de Portugal. A participação francesa na recepção de produtos coloniais brasileiros cresceu exponencialmente a partir de 1801, chegando ao clímax em 1807-1808, quando 77,87% de todos os produtos brasileiros exportados eram consumidos pela França, dos quais 50% eram algodão e outros 19,2% couros. O estancamento do fluxo de algodão em rama provoca o colapso das indústrias francesas, havendo cidades industriais, como Troyes, onde o número de desempregados ultrapassava a casa dos dez mil, crise esta que levou Napoleão a lamentar o fato de ter investido indústrias para as quais não produzia, em seu próprio território, a matéria-prima fundamental.

O projeto urdido pelo Foreign Office alcançou plenamente seus objetivos. A colônia brasileira tornou-se efetivamente uma colônia inglesa, donde concluiu-se que os motivos estruturais da transferência da Corte estão assentes nos seus interesses e que, portanto, os franceses tiveram um papel circunstancial e até autodestrutivo, pois, se a pressão sobre Portugal decidiu os portugueses em favor dos ingleses, o resultado foi o asfixiamento da indústria francesa pela carência de matéria-prima. D. João diligenciou para que as perdas fossem as menores possíveis. Se enfrentasse Napoleão, perderia o Reino; se aderisse ao corso, perderia a colônia. Sua opção garantiu-lhe a preservação do Reino e, acima de tudo, a continuidade dinástica dos Braganças, tanto em Portugal quanto na colônia, ao se tornar um Estado independente. Para os ingleses, tanto se lhes dava se a colônia adquirisse sua emancipação sob regime monárquico ou liberal republicano, pois, de qualquer forma, seu interesse era a exploração indireta das novas nações independentes, livrando-se do ônus do domínio direto, preservando-se as vantagens da dominação econômica e financeira indireta, ainda mais se uma certa formalidade fosse possível, através de tratados comerciais vantajosos, como de fato se fez no Brasil.

Estamos diante, portanto, de uma situação absolutamente original. É o próprio Estado português que patrocina a transição do estatuto colonial rumo à condição de nação independente, responsabilizando-se, em larga medida, pela coesão interna que daria origem a um Estado de vastas proporções territoriais. São os próprios portugueses que emprestam aos brasileiros sua centenária tradição dinástica, que perdura até o final do século 19. Tal configuração política brasileira, nesse período, nada tem a ver com a intensificação da imigração portuguesa, sobretudo na segunda metade do século? Onde os novos chegados

identificavam o governo brasileiro como de legítima extração portuguesa? Talvez mesmo mais legítimo do que o regime dinástico bragantino retornado a Portugal, crispado por dissensões internas que culminaram em disputas fratricidas, cujo embate contribuiu para eclipsar a mística da monarquia, sua dimensão sobrenatural, e sobre quem pesava o fardo oneroso de ter perdido o Brasil.

Quando imigrantes portugueses conjeturavam sobre a possibilidade de se instalar no Brasil; quando as empresas de imigração organizavam seus pacotes de viagem; quando seus funcionários argumentavam com seus clientes, implícita ou explicitamente, o fato de o governo brasileiro ter raízes lusitanas deveria jogar um papel relevante. Se razões de vária natureza, sobejamente conhecidas, eram essenciais[18], a existência de um legítimo governo português no exílio não era despiciendo. D. Pedro II, que tinha todos os motivos para se considerar um autêntico soberano brasileiro, pois nascera e fora criado no Brasil, jamais fez oposição sistemática a Portugal. Se no Instituto Histórico e Geográfico, do qual era patrono, arquitetava-se a identidade nacional, buscando uma aproximação com a cultura francesa e o conseqüente distanciamento da influência portuguesa[19], tratava-se de uma fratura de circulação restrita, tangenciando as camadas sociais superiores e, sobretudo, os circuitos eruditos, sem penetração nas camadas populares.

Um esforço comparativo em relação aos eventos concomitantes havidos na América espanhola pode dar solidez aos argumentos. Ao romper com a metrópole espanhola em batalhas sangrentas, romperam também a sensibilidade política, a solidariedade ao regime monárquico e aos próprios espanhóis, tomados como referência negativa no afã de construção da identidade nacional, uma cesura irreversível da noção de pertencimento ao mundo que os espanhóis haviam criado na América. Sentimento que não feneceu na centúria seguinte, e que refloresceu na oportunidade de comemoração do descobrimento da América em 1992, quando, em vários lugares, Cristóvão Colombo foi julgado e condenado à morte em efígie responsabilizado pelo genocídio dos ameríndios; congressos foram organizados para serem a antítese das comemorações, com sugestivos títulos: *Hacia los no descubrimientos*; recusas nem sempre polidas foram feitas por Estados latinos às solicitações espanholas para que participassem da grande EXPO-SEVILHA, caso dos mexicanos que pensaram na construção de um pavilhão em ferro, desmontável, para que nada ficasse no solo da ex-metrópole.

Exatamente o oposto do que se verificou nas comemorações relativas aos 500 anos do descobrimento do Brasil. As comemorações foram tranquilas, as resistências mínimas, considerando-se que os momentos de celebração fazem aflorar com mais intensidade as sensibilidades identitárias; Portugal e os portugueses não foram considerados inimigos, a comemoração foi apaziguada, quase

---

18 Sobre os motivos gerais do movimento de imigração no século 19, ARRUDA, 2007: 13-50.

19 GUIMARÃES, 1988.

naturalizada, sensação que teve Eduardo Lourenço quando se deparou com uma revista em quadrinhos em que um carioca típico observa a chegada da esquadra do descobrimento com sua tripulação engalanada e, simplesmente, observa: "Ah, é o Cabral"[20], como quem diz, é de casa, é da colônia! Este estado de espírito deve, e muito, à figura de D. João, que conduziu a transição política bem ao gosto da sociedade de acomodação, pensada por Gilberto Freyre. Criou condições para que o regime instituído por seu filho e seu neto pendesse mais para o liberal do que para o absoluto, em meio à maioria avassaladora de regimes liberais e republicanos dominantes na América Latina, uma sabedoria política que lhe permitiu esgueirar-se entre ingleses e franceses e, ao se decidir corretamente pela retirada rumo à colônia, preservou a mística da realeza, sem dúvida, um dos elementos estratégicos na explicação da longevidade do regime: 81 anos, se o demarcarmos a partir da instalação da Corte no Brasil.

Seria temerário pensar que a hostilidade aos espanhóis generalizada em toda a América Latina teria sido um fator limitativo para as emigrações rumo aos novos países do continente? Não teria sido esta uma das razões pelas quais os espanhóis tornaram-se o segundo contingente de emigrantes para o Brasil, superando mesmo os portugueses, considerando-se a periodicidade secular entre 1820 e 1920?[21] Simples conjecturas, que a pesquisa empírica se incumbirá de reavaliar.

A transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil diferencia o processo migratório em relação ao momento imediatamente anterior, quando os deslocamentos populacionais enquadravam-se nos ditames da colonização regida pelo sistema colonial moderno, que dava aos portugueses privilégios exclusivos, bem como em relação aos processos coetâneos, na América e no mundo. A diferenciação, contudo, não ocorreu apenas em função de regramentos jurídicos em que tais deslocamentos estavam inseridos. Diferenciavam-se, também, em relação aos níveis sociais dos contingentes deslocados, figuras da elite metropolitana, não apenas despossuídos ou perseguidos, mas componentes de estratos sociais mais elevados, tanto do ponto de vista de sua formação educacional, quanto de suas posses materiais.

Pensando-se no significado mais amplo dessa presença, é possível dizer que o processo de acomodação social se acomodou, pois a instalação da Corte na colônia contribuiu de modo decisivo para arrefecer as tensões sociais internas, amenizando atritos e conflitos potenciais, típicos da presença em massa de estrangeiros em espaços forâneos, funcionando como uma espécie de amortecedor para os espasmos sociais provocados normalmente pelos fluxos migratórios nos pontos de chegada. Talvez seja esta a explicação para a existência de

---

20 Conferência de Eduardo Lourenço na abertura do *Colóquio Internacional 200.º Aniversário da Chegada da Família Real portuguesa ao Brasil*, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, 26 maio 2008.

21 PEREIRA, 2002: 30, em que os espanhóis perfazem 1 388 881 imigrantes contra 1 055 254 portugueses.

um certo sentimento de naturalização, transmitido pela presença lusitana entre nós brasileiros, mesmo após a independência. Quem sabe esteja aí a razão pela qual a intelectualidade que enfrentou o problema de nossa formação social, a exemplo de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes tenham, com diferentes propósitos, partido da mesma premissa.

Gilberto Freyre, ao enfatizar em suas interpretações da cultura brasileira o conceito de *assimilação*, pensa o acentuado traço de miscibilidade inerente aos portugueses, responsável pela sua vasta capacidade de aglutinação étnica que, ao mesmo tempo, produz o que ele chamou de "nossa sociedade de acomodação", nossa especial capacidade de harmonizar antagonismos. Daí derivam suas posições contrárias às correntes imigratórias oriundas de fora da península Ibérica. No livro *Interpretação do* Brasil, começa por afirmar "o Brasil necessita de imigrantes", ponderando a seguir:

> "mas, quer do ponto de vista político, quer do econômica e cultural, o mais acertado para o Brasil é admitir o maior número possível de imigrantes agrícolas procedentes de Portugal; estes e os espanhóis são o tipo de imigrantes de que o país necessita para base ou lastro de uma nova camada de imigração européia"[22].

Já em Florestan Fernandes, a leitura de nosso processo de formação social, numa chave interpretativa mais propriamente sociológica do que antropológica, parte, paradoxalmente, da mesma vertente, ou seja, da naturalização da presença dos portugueses no Brasil, a despeito de trabalhar com a categoria de integração social, como fazia boa parte da intelectualidade norte-americana com que convivera, enfatizando a questão dos direitos, da criação da cidadania, que não se realizaria sem a inserção no mercado capitalista, caminho através do qual a integração dos negros em nossa sociedade, como nos Estados Unidos, seria possível e desejável. Florestan diz, explicitamente, que, no período em que as famílias dos fazendeiros começam a fixar residência em São Paulo e se acentuar a diferenciação do sistema econômico, o "liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente". E mais, que

> "quando se acelera o crescimento econômico nos fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e do pequeno comércio urbanos, eram monopolizadas pelos brancos e serviram como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais"[23].

---

22 FREYRE, 1947: 256.

23 FERNANDES, 1965: I, 4.

Mas, enquanto Gilberto pensa o Brasil a partir do Nordeste ou, no máximo, a partir do Rio de Janeiro, lugares onde a presença portuguesa sempre foi majoritária e emblemática, Florestan o faz a partir da experiência histórica de São Paulo, lugar onde a presença portuguesa estava diluída pelo arranque exponencial das migrações de outras extrações, especialmente de italianos, espanhois, árabes e tantos outros, a quem ele atribuiu papel de importância fundamental no deslocamento dos negros e mulatos no mercado de trabalho em fase acelerada de expansão. A marginalidade social dos ex-escravos e seus descendentes aprofundam as tensões sociais no processo de criação da moderna sociedade brasileira. O viés interpretativo de Florestan, construído a partir de uma realidade moldada por levas de imigrantes não ibéricos, também é tributário de uma concepção forjada a partir do ponto de vista dos portugueses.

Efetivamente, os portugueses não podem ser excluídos da responsabilidade geral, outorgada aos imigrantes, pelo alijamento dos descendentes de escravos africanos do mercado de trabalho em expansão frenética no Estado de são Paulo, conforme se depreende do texto de Maria Izilda Santos de Matos, *Cotidiano e cultura*, que faz uma verdadeira crônica das inúmeras atividades às quais se dedicaram os imigrantes portugueses, especialmente na cidade de Santos, tanto homens quanto mulheres, atividades estas, em sua imensa maioria, que teriam sido canais naturais de penetração dos negros excluídos no mundo do trabalho[24]. Os portugueses açambarcaram o setor de serviços urbanos (motorneiros, cobradores, vigilantes, coletores, varredores, bombeiros, destacando-se na construção civil, imobiliária, ferroviária ou portuária, distinguindo-se como pedreiros, ajudantes, pintores, serralheiros, marceneiros, marmoristas, calceteiros, bem como no setor industrial nascente, caracterizando-se como mão-de-obra adequada às fiações, tecelagens e malharias, isto para não falar de sua presença no comércio ambulante e inúmeras outras atividades, praticamente dominando os transportes carreteiros e carroceiros, além do trabalho nos portos, como ensacadores e estivadores. O trabalho feminino, sobretudo, contou com a presença marcante das portuguesas costureiras, bordadeiras, tricotadeiras, lavadeiras e engomadeiras, trabalho que as aproximava das funções domésticas, que iam da condição de amas a governantas[25], realidade esta que, por certo, não era desconhecida do mestre Florestan Fernandes, mas que foi por ele incluída no rol das atividades desenvolvidas por brasileiros ou, no máximo, por luso-brasileiros.

A questão fulcral que sobreleva as condições até aqui referidas, remete ao significado profundo da presença estabilizadora exercida pela monarquia portuguesa entre nós, um evento de natureza singular, unívoco, conjunturalmente definido, delimitado na média duração dos 13 anos – isto se pensarmos unicamente nos eventos que envolvem a temporalidade mudança/retorno, que medeia entre os anos 1808-1821 –, mas que produz impactos de longa duração

24 MATOS, 2002: 74 e seguintes.

25 SOUZA *et al*, 2008: 19-22.

ao criar um regime político estável, seguro, confiável para os residentes e para aqueles que aqui se dispusessem a viver, em larga medida o oposto das oscilações constantes dos regimes políticos latino-americanos, com suas conhecidas experiências caudilhescas, típicas de regimes políticos mal assentados, precariamente institucionalizados. Daqui resulta, possivelmente, a naturalização da imigração portuguesa, comumente desconsiderada como presença estrangeira, mesmo no contexto da nação constituída a partir dessa presença e que somente se poderia efetivas em oposição a ela.

Em suma, a questão que originalmente se pôs foi a de refletir sobre o peso da dimensão política em contextos migratórios, mobilizando-se a experiência brasileira *vis-à-vis* ao mundo americano criado pelos espanhois, num contexto absolutamente único, mas que tem o poder de atrair luzes para um problema crucial, o da recepção imigracional em sua face política.

Inquestionavelmente, a continuidade política luso-brasileira no século 19 foi fator decisivo no estímulo à imigração portuguesa para o Brasil, contrariando os próprios desígnios do governo português que preferia ver seus cidadãos deslocando-se para os territórios coloniais africanos. Continuidade expressa em sua face monárquica, dinástica e imperial. Prioridade invertida, pois, em termos simbólicos, foi a tradição do Império que, por séculos, preencheu o imaginário político de gerações de portugueses, por todas as glórias alcançadas. Vasto império marítimo, de escala transcontinental, que sempre alumbrou os lusitanos com as promessas ilimitadas dos paraísos terreais e os fez sentirem-se, como bem lembrou Eduardo Lourenço, insulares em relação à Europa. A face monárquica, que precedeu ao Império, é propriamente a categoria chave no amplo espectro do universo imperial, mas que se transforma, no transcorrer do tempo, numa categoria subordinada, dada a densidade crescente da expressão imperial, mais elástica e inclusiva, sobretudo nos espaços da conquista que foram acrescentados ao arcabouço imperial. Tato que, se em Portugal a cúpula do poder é identificada ao monarca, ao Rei, no Brasil, está relacionada ao Império. D. Pedro e D. Pedro II são imperadores, não são vistos como reis. O Brasil se apresenta perante as demais nações – e assim é visto por elas – como Império do Brasil, e não como reino. E isto não se deveu ao fato de que o ato de ruptura simbólica que funda o Estado ter se revestido da mística de um ato de força, um ato militar às margens do Ipiranga, próprio da natureza política imperial, desde suas origens no poder excepcional concedido aos cônsules romanos em momentos extremos.

A tradição dinástica vem em segundo lugar e, no caso brasileiro, encerra uma contradição flagrante. De um lado, reforça o sentido de continuidade que adensa a legitimação do poder. Por outro, rememora as raízes lusitanas que se pretende nublar na invenção de uma nascente arquitetura política, o Estado brasileiro. Isto se a análise for encerrada na ótica da brasilidade, em construção, porque na perspectiva portuguesa, os Braganças que reinavam em Portugal imperavam também no Brasil. O Império que sempre incandescera o imaginário português sobrevivia no Brasil, forte e promissor, um verdadeiro Eldorado

para os açorianos, permanentemente atraídos pelo "Império do Brasil", onde, "desde inícios da centúria, com a partida da Corte para o Brasil, esta colónia tornou-se um foco de atracção para inúmeros emigrantes continentais e insulares", como apropriadamente observou Susana Serpa Silva[26].

A presença da dinastia bragantina entre nós foi, indiscutivelmente, um elemento central na determinação da preferência dos imigrantes portugueses pelo Brasil no transcorrer do século 19. Eles representariam um porcentual que oscilaria entre 80 e 90% da totalidade das saídas lusas rumo ao estrangeiro, índices confirmados para o período posterior a 1855, quando tem início a era propriamente estatística da imigração portuguesa[27]. Os números relativos ao período protoestatístico, entre 1808 e 1855, estão em processo de elaboração a partir do escrutínio sistemático dos passaportes expedidos, ambicioso projeto de pesquisa que vem sendo conduzido, a partir do CEPESE, pelo professor Fernando de Sousa e sua equipe, cujos porcentuais, entretanto, não seriam inferiores aos indicados para o período estatístico.

Se as provas quantitativas não desmentem a interpretação avançada nesta reflexão, os eventos históricos de alta significação ocorridos no final da centúria apontam na mesma direção. A massiva corrida imigracional portuguesa em direção ao Brasil atinge o pico em 1891, quando 32.349 portugueses entraram no país, recuando quase 50% no ano seguinte, firmando-se tendência descendente até 1900, exatamente o período em que chega ao fim a presença da dinastia bragantina entre nós, determinada pela proclamação da república e o exílio da família imperial[28], cuja consequência imediata é a quebra de confiança por parte dos imigrantes portugueses no regime político republicano instalado no país e o perverso desdobramento dos atos de rejeição aos portugueses, que se traduziram em atos de violência explícita. A acusação de que os portugueses haviam apoiado a Revolta da Armada contra o novo regime, ocorrida entre 1893 e 1894, levou à ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, de março de 1893 a março de 1894, sinalizando o fim de uma era nas relações entre os dois países, configurando-se um longo período de transição que vai da chegada da Corte em 1808 ao exílio forçado de D. Pedro II, em 1889, com indiscutível repercussão sobre o movimento da imigração portuguesa em direção ao Brasil.

Em suma, a questão que originalmente se pôs foi a de refletir sobre o peso da dimensão política em contextos migratórios massivos, mobilizando-se a experiência histórica brasileira, *vis-à-vis* ao mundo criado pelos espanhois no continente americano, num contexto absolutamente unívoco, mas que tem o poder de lançar algumas luzes sobre um problema crucial, o da recepção imigracional em sua face política.

---

26 SILVA, 2004: 277.
27 LEITE, 2000: 177-178.
28 LEITE, 1987: 480.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2007 – "A expansão européia oitocentista: emigração e colonização", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (org.) – *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE/ FAPERJ, p. 13-50.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, 1998 – "Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica". *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 4, p. 29-42.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, 1999 – *O trágico 5.º centenário do Brasil*. Bauru: EDUSC.

CENTENO, João Torres, 2008 – *O exército português na guerra peninsular*. Lisboa: Prefácio. Vol. I.

EUFRÁSIO, Mário, 1999 – *A estrutura urbana e a ecologia humana. A Escola Sociológica de Chicago*. São Paulo: Editora 34.

FERNANDES, Florestan, 1965 – *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus Editora.

FREYRE, Gilberto, 1947 – *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

GOMES, Laurentino, 2007 – *1808*. São Paulo: Planeta.

GUERRA peninsular: novas interpretações, 2005. Lisboa: Tribuna da História.

GUIMARÃES, Manoel L. S., 1988 – "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, n.º 1.

HARTOG, François, 2003 – *Régimes d'historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil.

LEITE, Joaquim da Costa, 1987 – "Emigração portuguesa: a lei em números (1855-1914)". *Análise Social*. Lisboa, n.º 97.

LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – "O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1814), in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.

LIMA, Manuel de Oliveira, 1996 – *Dom João VI no Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks (1 ed. 1908).

MARROCOS, Luis Joaquim dos Santos, 2008 – *Cartas do Rio de Janeiro*: 1811-1821. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

MARTINS, Ana Canas Delgado, 2007 – *Governação e Arquivos*: *D. João VI no Brasil*. Lisboa: Ministério da Cultura; Torre do Tombo.

MATOS, Maria Izilda Santos, 2002 – *Cotidiano e cultura. História, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores, 2008 – *D. João VI*: *um Príncipe entre dois continentes*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC, 2002.

PIERSON, Donald, s.d. – *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

PIJNING, Ernst, 1997 – *Controlling contraband*. Baltimore.

SANTOS, Eugénio dos, 2006 – *D. Pedro IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

SIDERI, Sandro, 1970 – *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.

SILVA, Susana Serpa, 2004 – "Emigração clandestina nas ilhas do Grupo Central em meados do século XIX", in *Actas do III Colóquio o Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.

SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.), 2007 – *A guerra peninsular em Portugal. Relatos britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio.

SOUZA, Fernando; PEREIRA, Conceição Meireles, 2008 – "Introdução", in *Os novos descobridores. Catálogo da Exposição realizada no Porto*. Porto: CEPESE.

THINES, G.; LEMPEREUR, Agnés, 1974 – *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70.

VENTURA, António; SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.), 2007 – *Guerra peninsular: 200 anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

VICENTE, António Pedro, 2006 – *Guerra peninsular 1801-1814*. Lisboa: QuidNovi.

WILCKEN, Patrick, 2005 – *Império à deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva.